

**IAPMEI**

**Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.**

**CONCURSO PÚBLICO**

**Modernização da infraestrutura de rede Switching e WiFi**

**DPCP2025CP32**

**Programa de Concurso**

## **SECÇÃO I – Disposições Gerais**

### **Artigo 1º**

#### **Objecto do Concurso**

O presente procedimento tem por objeto principal a celebração de contrato de acordo com as especificações do Caderno de Encargos, para a Modernização da infraestrutura de rede Switching e WiFi da Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI).

### **Artigo 2º**

#### **Entidade Adjudicante**

A entidade Contratante é o **IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.**, adiante IAPMEI, com sede, na Rua dos Salazares, nº 842, no Porto, número de identificação fiscal 501373357, e com as instalações em Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício A, 1649 – 038 Lisboa, endereço electrónico [info@iapmei.pt](mailto:info@iapmei.pt), telefone (351) 213 83 60 00, fax (351) 213 83 62 83.

### **Artigo 3º**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi aprovada pelo Conselho Directivo do IAPMEI, em 30 de maio de 2025, sobre a proposta nº 026/NG/2025.

### **Artigo 4º**

#### **Plataforma electrónica**

O presente concurso corre os seus termos na plataforma electrónica de contratação pública Acingov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt>.

## **Artigo 5º**

### **Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
  - a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

## **Artigo 6º**

### **Visitas ao local objeto de serviços**

1. De forma a proporcionar aos interessados a possibilidade de fazer uma visita às instalações, designadamente, Lisboa, Porto e Coimbra, o IAPMEI disponibiliza-se a acompanhar as mesmas, para todos os interessados em simultâneo, de acordo com o seguinte plano:
  - No 4º dia útil contado a partir do dia seguinte à abertura do concurso, às 10:30H, em Lisboa no edifício A do campus do IAPMEI, Viana do Castelo, Aveiro e Leiria;
  - No 5º dia útil contado a partir do dia seguinte à abertura do concurso às 10:30H, nas instalações de Coimbra, Braga, Viseu e Évora;
  - No 6º dia útil contado a partir do dia seguinte à abertura do concurso às 10:30H, nas instalações do Porto, Bragança, Guarda, Covilhã e Faro.
2. Os interessados devem mostrar o seu interesse nestas visitas enviando através da plataforma, via comunicações (outras comunicações) até às 17:00H horas 3º dia útil contado a partir do dia seguinte à abertura do concurso.
3. As visitas serão acompanhadas por colaboradores do IAPMEI no local.

## **SECÇÃO II – Critério de Adjudicação e Preço Base**

### **Artigo 7º**

#### **Preço Base**

1. O preço base do presente procedimento é € 720.000,00 € (setecentos e vinte mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar.
2. O preço base fixado no presente procedimento foi determinado atendendo a consultas informais ao mercado e incluindo uma margem de segurança face à variação dos preços.

### **Artigo 8º**

#### **Não adjudicação por lotes**

Ao abrigo da alínea a), do nº2 do artigo 46º - A do CCP, não serão admitidas propostas por Lotes, o que a verificar-se constituirá fundamento de exclusão, por se considerar que o objeto contratual é incindível.

Pretende-se a implementação de uma solução que funcione com um único ambiente, minimizando problemas de integração e gestão, desta forma os equipamentos e serviços a contratar complementam-se, os serviços de instalação, configuração e suporte devem ser prestados pela mesma entidade. De outra forma o risco de implantação será maior potenciando a complexidade da solução final e um aumento dos custos.

### **Artigo 9º**

#### **Critério de adjudicação**

Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade multifator, densificado no modelo constante no Anexo II do Programa de Concurso – “Modelo de Avaliação”.

### **Artigo 10º**

#### **Critério de desempate**

Nos termos do nº 4 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos, no pressuposto de empate na avaliação das propostas apresentada o critério de desempate utilizado é:

1. Primeiro fator de desempate – Menor valor para a soma do preço total do licenciamento

para 36 meses (coluna F da matriz financeira) mais o preço total do suporte para 36 meses (coluna G da matriz financeira);

2. Segundo fator de desempate – Menor preço global da proposta;
3. Terceiro fator de desempate – Prazo de entrega dos equipamentos ativos.

### **SECÇÃO III – Propostas**

#### **Artigo 11º**

##### **Modo e prazo para apresentação de propostas**

1. As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados até às 17:00 (dezassete horas) do 36º dia após publicação do anúncio e disponibilização das peças procedimentais na plataforma eletrónica de contratação Acingov.
2. O prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo nos termos do disposto no nº 3 do art.º 470º do Código de Contratos Públicos, a contar da data do envio do anúncio do concurso público aos Serviços das Publicações Oficiais da União Europeia.
3. A proposta deve ser assinada electronicamente, bem como os documentos que a integra, utilizando uma assinatura electrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art.º 54º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

#### **Artigo 12º**

##### **Idioma dos documentos da proposta**

1. As propostas bem como os documentos, excepto catálogos/fichas técnicas com a descrição das características técnicas, que as integram, devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de o não serem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
2. Os Catálogos/fichas técnicas com a descrição das características técnicas poderão ser apresentados em língua portuguesa (preferencialmente) ou inglês sem necessidade de tradução.

#### **Artigo 13º**

##### **Proposta**

1. A proposta, para além dos documentos exigidos no art.º 14º do presente Programa de Concurso,

deve ser instruída com os seguintes elementos:

- a) O preço total da proposta, em conjunto, e discriminado pelo tipo de objeto (Bens e Serviços);
- b) Condições de pagamento;
- c) Proposta técnica, onde constem os seguintes elementos:
  - I. Memória descritiva da proposta que inclua:
    1. Marca e modelo dos switch;
    2. Marca e modelo dos access points;
    3. Marca e modelo da controladora de rede sem fios (WLC), identificando se a solução é suportada em appliance física dedicada. Caso não o seja deve ser descrita a forma de implementação.
    4. Marca e modelo do Network Access Control (NAC) identificando se a solução é suportada em appliance física dedicada. Caso não o seja deve ser descrita a forma de implementação.
    5. Marca e modelo da plataforma de Gestão Switch e Access Point identificando se a solução é suportada em appliance física dedicada. Caso não o seja deve ser descrita a forma de implementação.
    6. Caso a solução para as plataformas implique a virtualização de ambientes, deve indicar a forma de implementação da(s) plataforma(s) evidenciando o número de equipamentos físicos a instalar(servidores) o software de virtualização especificando a relação entre equipamentos físicos e plataforma(s) instalada(s).
    7. Outras descrições que considerem relevantes.
  - II. Catálogos/fichas técnicas com a descrição das características técnicas (português ou inglês);
    - i. Switch Tipo1
    - ii. Switch Tipo2
    - iii. Switch Tipo3
    - iv. Switch Tipo4
    - v. Switch Tipo5
    - vi. Access Point
    - vii. Solução Controladora de rede sem fios (WLC)
    - viii. Solução Network Access Control (NAC)
    - ix. Gestão Switch e Access Point
    - x. Armários bastidores
    - xi. Cabo fibra ótica
    - xii. Cabo cobre
    - xiii. De outros acessórios/componentes
    - xiv. Transceivers óticos
  - III. Prazo de entrega para todos os equipamentos ativos em dias contíguos (correndo em sábados, domingos e feriados).
  - IV. Documento Matriz da proposta preenchido (conforme anexo IV programa de concurso).
- d) Proposta financeira onde conste:
  - I. Documento onde conste o preço global da aquisição, e deverá estar mencionado expressamente, que a estes acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. O preço total será indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
  - II. Documento matriz financeira (conforme anexo V ao programa de concurso)

onde constem os preços para os “equipamentos ativos, licenciamentos e suporte” e para os “equipamentos passivos e serviços” indicando os valores totais sem IVA, taxa legal do IVA, e valores totais da proposta.

- e) Outros documentos que o concorrente apresente por considerar importantes para a análise da proposta.
2. As propostas devem ser elaboradas em perfeita conformidade com os Artigos do Caderno de Encargos o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento se vinculam.
  3. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações aos Artigos do Caderno de Encargos.
  4. As propostas devem ser subscritas pelos Concorrentes ou, no caso de serem subscritas por Procurador, devem ser acompanhadas da procuração que lhe confere poderes para o efeito ou pública-forma da mesma.
  5. O preço é indicado em algarismos e por extenso.
  6. Em caso de divergência, o preço indicado por extenso prevalece sobre o indicado em algarismos.
  7. Os Concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo de **120** dias contados desde a data-limite da entrega das propostas.

## **Artigo 14º**

### **Documentos que acompanham a proposta**

Devem acompanhar as propostas os seguintes documentos:

- a) Documento referido na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) conforme Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 (Modelo em anexo 4) 2016 <https://uea.publicprocurement.be/>
- c) Declaração de cumprimento do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016, em Anexo III ao presente Programa de Concurso.
- d) Matriz da proposta (conforme template Anexo IV PC MatrizProposta);
- e) Matriz financeira (conforme template Anexo V PC Matriz Financeira)

## **Artigo 15º**

### **Proposta com variantes**

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes, considerando-se como tal, entre outras, a introdução de alterações às peças do procedimento e a possibilidade de ajuste de prémios em face da sinistralidade registada.
2. O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

## **SECÇÃO IV – Análise das propostas**

### **Artigo 16º – Análise das propostas**

1. As propostas são analisadas tendo em conta o preço apresentado, os termos, as condições e demais exigências previstas no caderno de encargos.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
  - a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto no art.º 49º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos;
  - d) Que o preço apresentado seja superior ao preço base;
  - e) Um preço total considerado anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenha sido considerado, nos termos do disposto na alínea artigo 71º do Código dos Contratos Públicos;
  - f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
  - g) A existência de fortes indícios de actos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras de concorrência.

## **SECÇÃO V – Adjudicação**

### **Artigo 17º**

#### **Escolha do Adjudicatário**

A escolha do adjudicatário pela entidade competente, feita ao abrigo do disposto no Artigo 6º deste



Programa do Concurso, terá por base um relatório fundamentado (relatório final) a elaborar pelo júri do concurso, depois de cumpridas as formalidades legais.

### **Artigo 18º**

#### **Notificação da Adjudicação**

1. Todos os Concorrentes serão notificados em simultâneo da decisão de adjudicação em sede de plataforma electrónica de compras públicas Acingov.
2. Juntamente com a notificação de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81º do CCP;
  - b) Prestar caução nos termos previstos nos artigos 88º a 91º do CCP;
  - c) Se pronunciar sobre a minuta de contrato;
3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

## **SECÇÃO VI – Declarações e Documentos**

### **Artigo 19º**

#### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do Código dos contratos Públicos.
2. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de o não serem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados na plataforma electrónica de compras públicas AcinGov.

## **SECÇÃO VII – Disposições Finais**

### **Artigo 20º**

#### **Fundamentação da Escolha do procedimento**

O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea a) do nº

1 do artigo 20º e dos artigos 130º e seguintes, todos do CCP.

### **Artigo 21º**

#### **Legislação Aplicável**

Em tudo o que o Programa do presente concurso for omissos observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

### **Artigo 22º**

#### **Caução de Cumprimento**

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações é exigido ao adjudicatário a prestação de uma caução de 1 % do total do valor do contrato.

### **Artigo 23º**

#### **Modo de prestação da caução**

A caução deverá ser prestada mediante garantia bancária ou seguro caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no nº 2 do artigo 77º.

### **Artigo 24º**

#### **Impedimentos**

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem abrangidas por qualquer das situações descritas no artigo 55.º do CCP.

### **Artigo 25º**

#### **Falsidade dos documentos e declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.